

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **EMBAIXADOR ANTÓNIO BRAGA LEITE DE FARIA.**

MESQUITA, António Pinto de

Ano: 2001 | Número: 111

---

### **Como citar este documento:**

MESQUITA, António Pinto de, Embaixador António Braga Leite de Faria. *Revista de Guimarães*, 111 Jan.-Dez. 2001, p. 27-36.

---

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**António Pinto de Mesquita**

Recordo ainda aquela manhã fria e brumosa de Dezembro de 1945, em que, com os meus colegas de concurso para Adidos de Legação, fui cumprimentar o novo Chefe da Repartição Política do Ministério do Negócios Estrangeiros, Dr. Marcello Mathias que, por inerência de funções ocupava interinamente o cargo de Direcção Geral “da Política” e o de Secretário Geral do Mesmo Ministério. Decorria essa cerimónia em época de grande instabilidade naquele Ministério como consequência do súbito falecimento do Secretário Geral, Embaixador Teixeira de Sampaio e da necessidade de preencher os quadros superiores do mesmo.

De facto, Teixeira de Sampaio que entrara para o Ministério dos Negócios Estrangeiros pela mão do Conselheiro Luís de Magalhães ainda no tempo da Monarquia e que fora durante muitos anos – os da guerra da Espanha e do II Conflito Mundial – o braço direito de Salazar quando este feriu directamente a política externa portuguesa, tinha descurado o preenchimento daqueles quadros e, em especial, os de Director Geral, afim de, ao que constava, enviar a eventual intromissão de concorrentes no relacionamento privilegiado que mantinha com o Ministro. E essa intromissão não deixaria de constituir

---

\* Algumas palavras proferidas na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, quando da sessão de homenagem à sua memória, em 2001/06/23.

um perigo real para ele, conhecida a inclinação de Salazar para, por vezes, inverter a hierarquia burocrática nos diferentes Ministérios que chefiava.

A responsabilidade porém desse estado de coisas e do caos em que tinha caído o Ministério dos Negócios Estrangeiros não poderia ser assacada apenas, verdade se diga, a Teixeira de Sampaio, mas sobretudo ao próprio Salazar que, ao tempo, geria também a pasta dos Negócios Estrangeiros e desconfiava de alguns diplomatas de carreira por quem, de resto, mostrava pouca consideração e se recusava a promover. Sendo assim e não dispondo de diplomatas de carreira para os principais postos que vagaram no Estrangeiro, Salazar viu-se forçado, note-se que em momento particularmente difícil de crise internacional, a recorrer a pessoas da sua confiança – políticos e amigos de longa data – que, em geral não se mostravam preparados em matéria de política externa, nem falavam os principais idiomas. Deu-se então a uma verdadeira corrida a S. Bento de Políticos e amigos em que cada um recordava ao Presidente do Conselho as suas qualidades e especial posicionamento para o cargo que no estrangeiro pretendia obter, mencionando uma “vocação” que sentia por Paris, como o lembrava António Faria em entrevista concedida à imprensa, pouco antes do seu falecimento e outro, as suas relações com os meios católicos, para solicitar o Vaticano e ainda um terceiro o seu conhecido germanofilismo para pedir Berlim e de um quarto me lembro que fazia ressaltar as suas relações de amizade com Eden para que lhe fosse dada a Embaixada em Londres. E assim sucessivamente,... E Lisboa assistiu um dia, surpresa, à partida desses diplomatas já enfarpelados em vistosos uniformes de Embaixador, talvez ingenuamente na ideia de que o hábito fazia o monge.

Esta situação, porém, não se podia prolongar e Salazar breve se deu conta do erro em que tinha caído ao promover essas nomeações. Começaram então as exonerações que, num caso ou noutro, – felizmente raros – vieram a encontrar os políticos visados já de regresso a Lisboa, fugidas as bombas e outras agruras que, ao tempo, variam a Europa.

Por último Salazar viu-se “a bout de force” na necessidade de lançar mão, como último recurso, do quadro de jovens diplomatas que, há muito, vinham sendo preparados como técnicos nas Necessidades para as vagas que se viessem a verificar nos quadros diplomáticos e consulares em Lisboa e no estrangeiro. Para tal, tinham-se submetido esses diplomatas a exigentes concursos de ingresso e promoção, seguidos de prolongados estágios na Secretária de Estado e nas nossas missões no estrangeiro. Exigia-se deles – hoje infelizmente, quase todos desaparecidos – que além das qualidades inerentes à carreira, como a modéstia, a simpatia, a boa apresentação e a educação, dispusessem de uma vasta cultura e de uma grande dedicação ao trabalho e ainda daquilo em que Faria se mostrava tão exigente que é o emprego dos termos apropriados em todas as circunstâncias. Além de Mathias, Faria e Franco Nogueira incluo nesse grupo alguns funcionários com quem trabalhei como Rocheta, Vasco Garin, Rui Guerra, Vasco da Cunha, João de Deus Ramos, Luía Norton de Matos, Calvet de Magalhães, e sobretudo, meu sogro o Embaixador José Luís Archer, antigo Administrador da Zona Internacional de Tanger e Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros que recordo com muita saudade.

António Augusto Braga Leite de Faria, de seu nome completo, nasceu em Guimarães, em 23 de Março de 1904 na Rua de Stº António, então, como hoje uma das principais artérias desta cidade. Seu pai era o conceituado médico vimaranense, Dr. António Leite de Faria e a sua mãe, a Sra. D<sup>a</sup> Lúcia, pertencia também a uma família tradicional desta cidade, a dos Cerqueira Braga. Tratava-se de uma família muito unida e respeitada, com numerosa prole, constituída por nove filhos entre os quais se destaca, além de António Faria, o conhecido poeta Guilherme Leite de Faria e o historiador Frei Francisco Leite de Faria.

Acompanhado seus pais que entretanto foram viver para Lisboa, António Leite de Faria transferiu a residência para a Capital onde prosseguiu seus estudos e, aos vinte anos se veio a

licenciar em direito. O seu ingresso no Ministério dos Negócios Estrangeiros efectuou-se, ao que parece, por influência de noiva e futura mulher, a Senhora D<sup>a</sup> Herminia Rosa Cantilo, filha de um antigo Embaixador de Argentina no nosso país a qual teve um papel importante mas intencionalmente apagado na carreira de António Faria. Teve lugar, esse ingresso, mediante concurso, de 28 de Fevereiro de 1930, depois de uma passagem de Faria na nossa Embaixada no Rio de Janeiro e de um curto estágio que efectuou na Sociedade das Nações em Genebra. O cuidado e carinho com que o Embaixador acompanhou sua mulher no decorrer da prolongada doença desta, que a veio a vitimar é ainda hoje recordado pelos seus amigos com muita admiração. Desse casamento nasceram dois filhos, os Srs. António e José Maria Leite de Faria que são populares e consideradas em Guimarães.

Embora com residência em Lisboa, ou nas capitais a que foi chamado a representar Portugal, o Embaixador António Leite de Faria continuou sempre ligado a Guimarães onde tinha casa e passava longas temporadas, interessando-se pelos problemas desta cidade intervindo na suas actividades. Recordo, a propósito, a colaboração que prestou ao Congresso Histórico de Guimarães da iniciativa desta Sociedade – de que ele próprio era sócio – e ao seu empenhamento nos bons resultados desse Congresso em cujos trabalhos cooperou activamente.

Tendo entrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1930, António Faria é promovido a 2º Secretário de Legação em 1931 e colocado na Legação no Rio de Janeiro. Em 1935 seguiu para a Legação em Paris e é transferido para Bruxelas no mesmo ano. Em 1935 vemo-lo de regresso à Secretaria de Estado, em Lisboa, com a categoria de 1º Secretário e dali segue para Londres, em 30 de Outubro do mesmo ano, onde permanece até ao fim da guerra, em 1945, com sucessivos promoções a Conselheiro e a Governos no exílio dos Países Baixos, da Noruega e da Islândia e transferido nesse mesmo ano para Haia afim de nos representar junto do governo Holandês. Ainda a propósito da estadia de Faria em Londres, convém

recordar que Armindo Monteiro, quando deixou de exercer as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros e foi nomeado Embaixador de Portugal naquela cidade, em 1937, pode escolher por deferência de Salazar, os funcionários diplomáticos que o coadjuvavam na sua missão, indicou, em primeiro lugar o nome de António Faria; o que mostra o apreço período que se lhes seguiu e deu-lhe uma visão global, não só dos problemas directamente relacionados com cada um desses conflitos, como, por exemplo, o do funcionamento da Comissão de Não Intervenção no que se refere à primeira, e no da manutenção da neutralidade portuguesa nos diferentes matizes de que se foi revestindo, no que diz respeito à segunda. Por outro lado, teve também a vantagem de lhe permitir apreender os grandes objectivos da política externa das principais potências no período que se seguiu à capitulação da Alemanha e do Japão e da nova orientação da política externa daquelas potências, como consequência, sobretudo da deslocação do eixo do poder para os Estados Unidos e, em medida mais restrita, também para a União Soviética. Os países da Europa Ocidental enfraquecidos por essas guerras e em especial, pela Segunda tomaram então consciência da dependência em que se encontravam dos Estados Unidos nos domínios político militar e económico e da necessidade de alinharem as suas políticas pela dessa potência.

Foi o início da nova era em que os grandes problemas passaram a ser discutidos, não em Genebra como até aí, mas sobretudo em Nova York, na ONU.

Foi também a época em que foram proclamados os valores porque se ia reger a nova sociedade internacional e em que, por outro lado, se deu o afluxo de dólares à Europa Ocidental, através do Plano Marshall. E, por último, aquela em que, vencidas a Alemanha e a Itália se adivinhava já na Europa o fim das ditaduras que tinham sobrevivido, a portuguesa a espanhola e a russa, bem como a do colonialismo, a cuja continuação tanto nos Estados Unidos com a União Soviética se opunha, embora por razões diferentes, como observa, com razão, Franco Nogueira.

Parece-me interessante referir, a propósito, que, se Portugal conseguiu ultrapassar, com relativa facilidade, os problemas resultantes da oposição da União Soviética à sua candidatura às Nações Unidas, e, por outro lado, acabou por aceitar, com alguma hesitação, uma minúscula “tranche” de ajuda financeira americana à Europa, já encontrou sérias dificuldades em se adaptar às novas regras internacionais e introduzir as reformas internas que lhe eram aconselhadas pelos seus parceiros europeus e americanos. Como é sabido, conseguiu iludir a situação por muitos anos e só a veio efectuar essas reformas com o 25 de Abril. Em matéria colonial, a nossa transição foi, ainda, mais difícil dado que, abandonado que foi o Brasil no século XIX, tínhamo-nos virado para as regiões de África que considerávamos nossas por as termos descoberto e que pretendíamos ocupar e desenvolver, embora com muito sacrifício de homens de cabedal. Houve nesse esforço um grande empenhamento em que participou todo o país, independentemente da sua cor partidária e alguns dos que tomaram parte na ocupação e pacificação da África portuguesa como Serpa Pinto, Ivens, Capelo, Mousinho de Albuquerque e Silva Porto eram recordados pelo povo como heróis. Esse esforço tinha-se acentuado a partir da Conferência de Berlim, de 1884 e 1885 em que se fazia depender aquele direito da ocupação efectiva dos territórios. Como é também sabido, entramos em confronto por causa dessa ocupação com a nossa Velha Aliada que, em 1890, nos pretendeu tolher o passo, em Moçambique em termos inaceitáveis, à nossa ambição de juntar os territórios da Costa Ocidental de África aos da Costa Oriental; o chamado mapa Cor de Rosa. Esses territórios, como os que ainda detinha na Ásia e na Oceânia, entendia Portugal, eram portugueses e como tal tinham sido reconhecidos pela sociedade internacional. Se as outras potências europeias estivessem na disposições de garantir a independência dos territórios coloniais que detinham e estavam a desenvolver em circunstância semelhantes, o problema era delas e não nosso. Portugal não cederia um palmo desses territórios que

considerava portugueses e se não encontravam ainda em situação de aceder à independência. Estava por isso disposto a defendê-los pelas armas, se necessário fosse. Era assim que pensavam os dirigentes portugueses da época e foi com esse fundamento que reagiram à pressão independentista sobre eles exercida, sobretudo nas instâncias internacionais.

Porém, o que esses dirigentes se não tinham dado conta é que, com a supremacia dos Estados Unidos, as regras e tendências da nova Sociedade Internacional, do “American Way of Life”, transferidas que foram para a cena internacional. A liberdade individual no plano interno americano deveria corresponder naquela cena, por transposição, a independência dos povos que pretendessem ascender e participar na sociedade internacional, o que representaria, como é óbvio, o fim do colonialismo, a breve prazo. Assim o tinham entendido as outras potências e repetidos foram os avisos dos Estados Unidos nesse sentido a Portugal. Acontece, porém, que as elites portuguesas, com a sua formação europeia e, sobretudo francesa não estavam em posição de compreender e ainda menos de aceitar a imposição americana e entenderam não dever transigir. Viram-se, por isso confinados a uma situação aparentemente insolúvel; – um beco sem saída – e jogaram, como última cartada na eventualidade dum terceiro conflito mundial, onde de resto, a nossa margem de manobra estaria, desde logo muito limitada, dada a necessidade que tínhamos de satisfazer os compromissos de defesa assumidos no âmbito do Pacto do Atlântico. É essa explicação dada por António Faria à resistência de excepção, como, de resto, sempre tinha acontecido na história do nosso país, quando o povo se ligava a classe militar para impor as alterações políticas que as circunstâncias exigiam. Tinha sido assim na revolução de 1383 quando ele acorreu ao Paço para defender o Mestre de Avis que receava fosse assassinado – “Querem matar o Mestre” recorda Fernão Lopes insistindo, no caris popular dessa revolução, – Foi-o também na de 1640, talvez no 5 de Outubro, e ainda no 28 de Maio. E foi-o, por último, no 25 de Abril, embora se possa discordar da forma



como a revolução evoluiu e da intervenção que nela teve o partido comunista; o que já era previsível, mas que não deixou de acarretar grandes prejuízos e perigo interno e externo para o nosso país.

Este arrazoado que se relaciona com as suas grandes, a de Espanha e a II Guerra Mundial e o período posterior coincide, como disse, com o início da actividade diplomática de António Faria e foi o tempo que podemos considerar aprendizagem desse diplomata, realizada, note-se, em circunstâncias particularmente difíceis, não só devido à situação de guerra em que se vivia sentir na Embaixada como consequência do conflito entre Salazar e o seu Embaixador em Londres, Armindo Monteiro.

A maior parte da correspondência trocada entre Salazar e Armindo Monteiro durante esse período encontra-se compilada no Livro Branco do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, dado o seu interesse, é merecedora, ainda hoje, de uma leitura atenta.

A Marcelo Mathias de quem falamos no início desta exposição seguiu-se, em Junho de 47, António Faria ministro junto da Corte de Haia que foi chamado à Secretaria de Estado para chefiar a Direcção Geral Política, o que representava uma promoção e desempenhar, cumulativamente, as funções de Secretário Geral Interino.

As altas qualidades desse diplomata, a sua viva inteligência e bom senso, a sua memória pronta, a sua vasta cultura e simpatia pessoais – não deixaram, por certo, de constituir motivo de satisfação para o Presidente do Conselho. E tanto assim que, apesar de ter nomeado, pouco antes, um novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Prof. Caeiro da Mata, Salazar decidiu despachar directamente com Faria pelo menos os assuntos de maior importância. Tratava-se, evidentemente, de uma situação anómala, e por certo desagradável para Caeiro mas que se revelou benéfica para o nosso país, além do mais, por Faria, com a sua experiência e bom senso ter acabado por desfazer as dúvidas de Salazar – que eram de vária ordem – sobre o interesse de Portugal ingressar no Pacto Atlântico e

responder favoravelmente ao convite que nesse sentido lhe tinha sido dirigido por ingleses e americanos. A permanência de Faria no Palácio das Necessidades foi relativamente curta porque já em 1948, um ano depois, o vemos nomeado Embaixador no Rio de Janeiro onde, ao tempo, funcionava o governo Brasileiro e tinham sede as Embaixadas estrangeiras junto dele acreditadas. Faria conhecia bem o Brasil e os brasileiros e não é de estranhar, por isso, o “volte face” que, desde a sua chegada, se observou nas nossas relações com o país irmão que passaram a ser excelentes. Foi a época das viagens oficiais de Café Filho e Kubitschek a Portugal, da de Craveiro Lopes ao Brasil e da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta que há muito se fazia esperar e que abriu as portas ao Tratado posterior que instituiu a Comunidade Luso-Brasileira. Mais um grande serviço que Portugal ficou a dever a Faria.

Dez anos volvidos, em 1958, Faria era nomeado para Paris como representante permanente de Portugal junto do Conselho do Atlântico Norte e chefe da Delegação Portuguesa junto da Nato. Um ano depois, foi acreditado também junto do Governo Francês, continuando, porém, a exercer, cumulativamente, funções junto da Nato. A transferência de Faria para Paris teria tido a sua origem num pedido por ele feito a Salazar, o único que fez, confessa, ao Chefe do Governo, mas Paris teve sempre os seus encantos e atractivos e compreende-se que ele não tivesse resistido...

De Paris foi transferido para o Vaticano em 61 e é desse período a iniciativa que tomou – um pouco à margem das práticas usuais em diplomacia, há que reconhecer – de sugerir a vinda a Portugal do Papa Paulo VI, que seria a primeira de um Pontífice ao nosso país. Esta iniciativa não deixou de causar de início algumas hesitações e até mal estar por se encontrar ainda bem presente na memória de todos a recente visita desse Papa a Bombaim, o que motivara um protesto do lado português. Mas o projecto acabou por vingar e Paulo VI veio a Portugal em viagem que se relacionou com as cerimónias de Fátima e que teve larga repercussão a todos os níveis.

Faria terminou a sua carreira diplomática em Londres em 1969 e atingiu ali a sua reforma. Porém e em atenção aos serviços que prestara, a sua permanência naquele posto foi prolongada a título excepcional por decreto de 1972, o que representava um inequívoco e honroso sinal da muita consideração em que teria tido em conta e do reconhecimento oficial da obra por ele realizada.

Nunca servi com Faria o que lastimo por entender que poderia ter aproveitado do seu saber e experiência e nunca lhe pedi o que quer que fosse. Mas reconheço que uma desinteressada e sincera amizade se foi entre nós alicerçando, e estendendo a pouco e pouco, a toda a minha família. As repetidas visitas de Faria a Sezim eram, para todos nós, grandes e pequenos, motivo de muita alegria, como foi de profunda tristeza a notícia do seu falecimento. Porquê? Pelos ideais comuns que defendíamos e também pelo apego à cidade que nos sentíamos ligados por laços ancestrais, à “nossa” cidade de Guimarães que hoje lhe promove, através desta Sociedade, a justa homenagem que lhe era devida.

Bem hajam por esta iniciativa!